

## **ASSESSORIA TÉCNICA E MOVIMENTO JOVEM POPULAR: CONSTRUÇÃO COLETIVA DE ESPAÇOS PÚBLICOS LIVRES**

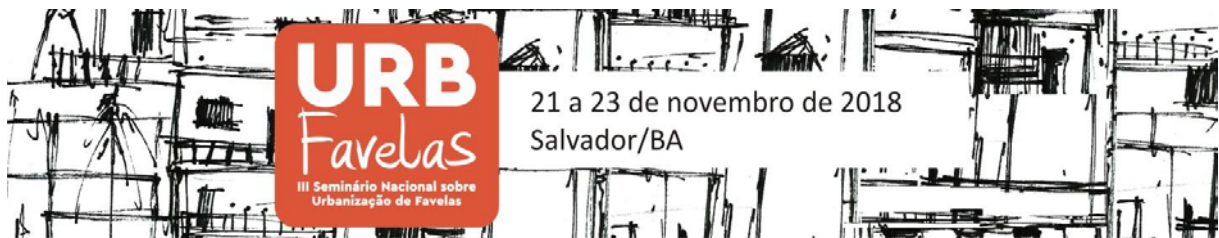
### **RESUMO:**

O seguinte trabalho trata de uma ação conjunta de intervenção em espaços livres, a partir da assessoria da Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade ao grupo Jovens Agentes da Paz, atuante no Grande Bom Jardim, um dos assentamentos mais precários da periferia de Fortaleza. O artigo traz as reflexões teóricas que fundamentam e que surgem a partir desta prática, para isto foi feita uma revisão bibliográfica sobre aspectos como assessoria técnica e a atuação de arquitetos nas favelas, além do estudo das características socioespaciais do território de intervenção. O trabalho prático consistiu na construção de mobiliário urbano e plantio de mudas em três lugares diferentes do Grande Bom Jardim. A execução foi feita de forma horizontal por todos os agentes e apesar da boa repercussão que o grupo avaliou ao final do projeto a iniciativa teve dificuldades como o tempo limite para realização, que impossibilitou uma ampliação do processo participativo na concepção do projeto, mas que acabou se modificando bastante e sendo definido muito mais durante a montagem das intervenções.

### **Palavras-chave:**

Espaços Públicos Livres. Assessoria Técnica. Participação Popular.

ST – 5: Outras Práticas Sociais em Favelas, Bairros e Assentamentos



## 1. INTRODUÇÃO

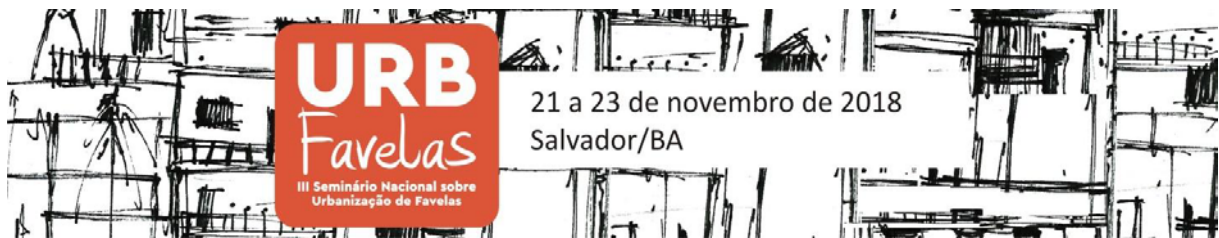
Os reflexos da desigualdade social se materializam em diferentes características no espaço urbano. Devido a grande disparidade social, o acúmulo de riquezas em determinadas áreas das cidades acaba gerando outros territórios de grande vulnerabilidade, onde a dificuldade de acessar elementos básicos para a vida acaba comprometendo a plena socialização dos seus habitantes e a efetivação de seu direito à cidade.

Nesse contexto de negação de direitos resistem muitas potências, que frente à exclusão da cidade formal encontram suas próprias maneiras de levar a vida e criar urbanidade. Esses meios vão desde iniciativas individuais para solução de problemas específicos, até a organização coletiva em entidades e movimentos sociais que lutam por justiça social.

Há algumas décadas, tanto as ausências como as potências da cidade informal têm chamado a atenção de profissionais que se engajaram nas lutas pelo direito à cidade e, ao longo dos anos, possibilitaram diversos avanços. No campo da arquitetura e urbanismo, esse debate tem ganhado mais força e muito se tem discutido sobre o papel social do arquiteto.

Para dialogar sobre o tema o presente trabalho apresenta uma ação de assessoria técnica realizada pela Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, a partir de um demanda do grupo Jovens Agentes da Paz (JAP), para realizar intervenções urbanas de mobiliário e plantio de mudas em três espaços livres do Grande Bom Jardim, onde o JAP foi criado e atua. O objetivo deste artigo é trazer reflexões teóricas a partir dessa experiência prática de assessoria técnica em um dos assentamentos mais precários da periferia de Fortaleza.

A fim de alcançar esse objetivo, o trabalho traz uma revisão bibliográfica sobre questões que o subsidiam, como a atuação de arquitetos nas favelas e aspectos relativos a assessoria técnica, além das características socioespaciais do território de intervenção. Complementando e exemplificando os dados e as referências literárias, a ação será descrita de maneira crítica, expondo as características de uma atividade de assessoria e os resultados obtidos.



## 2. A FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITETO

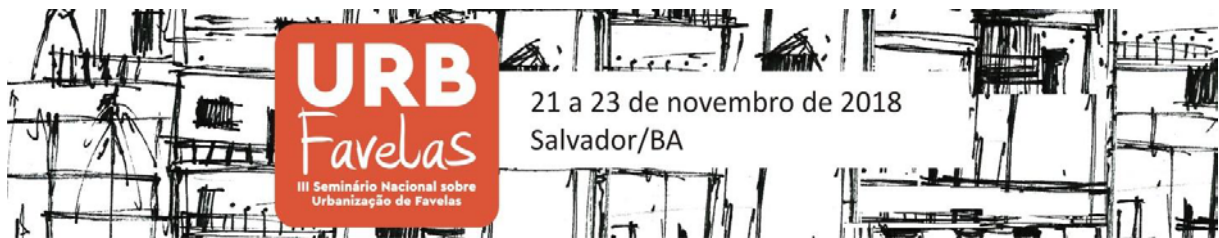
O engajamento de técnicos nas lutas sociais pelo direito à cidade não é uma novidade. No Brasil esse processo ganha destaque principalmente a partir dos anos 60, em resposta ao crescimento acelerado da população urbana que gera um acirramento das desigualdades espaciais e uma consequente organização da população mais vulnerável em fortes movimentos sociais.

Nessa época o padrão de urbanização de assentamentos precários adotado pelo poder público ainda era o de remoção de favelas e construção de grandes conjunto habitacionais periféricos. Com os avanços dos estudos sociais sobre as favelas e pela crescente resistência dos movimentos, começam a surgir outros olhares sobre esses assentamentos e que legitimaram direitos sociais dos moradores desses locais à permanência e à manutenção de seus espaços. (VALLADARES, 2005)

Desde de lá, muito grupos técnicos se envolveram na assessoria à luta pelo direito à cidade. A universidade teve um grande papel nisso, seja com laboratórios de pesquisa *advocacy*, seja com projetos de extensão, como os Escritórios Modelos de Arquitetura e Urbanismo, criados na década de 90. Destacam-se também, entidades profissionais e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, como as assessorias técnicas formadas nas décadas de 80 e 90 como a Usina CTAH, Peabiru, CEARAH Periferia, etc.

Nos anos 2000, temos diversos avanços no campo do planejamento urbano e da assessoria técnica, como a criação do Estatuto das Cidades em 2011, o Ministério das Cidades em 2003, e a promulgação da Lei de Assistência Técnica (nº11.888) em 2008.

Apesar da pouca efetivação de políticas públicas que garantem o acesso a profissionais para a população de baixa renda, os recentes avanços foram muito importantes no sentido de ampliar o debate sobre o tema nos mais variados espaços, entidades de classe, universidades, empreendedorismo social, etc. Porém, é preciso pensar uma atuação profissional que colabore para a justiça social, onde não só se alcance a moradia, a educação e a saúde, mas que os indivíduos exerçam uma plena socialização do habitat e do habitar, sendo sujeitos ativos na



produção e na apropriação do espaço urbano, garantindo efetivamente seu direito à cidade. (LEFEBVRE, 2008)

A fim de trazer elementos para tecer um posicionamento crítico sobre o exercício profissional, é interessante observar uma análise feita pelo grupo Morar de Outras Maneiras (MOM) sobre a atuação dos arquitetos nas favelas que

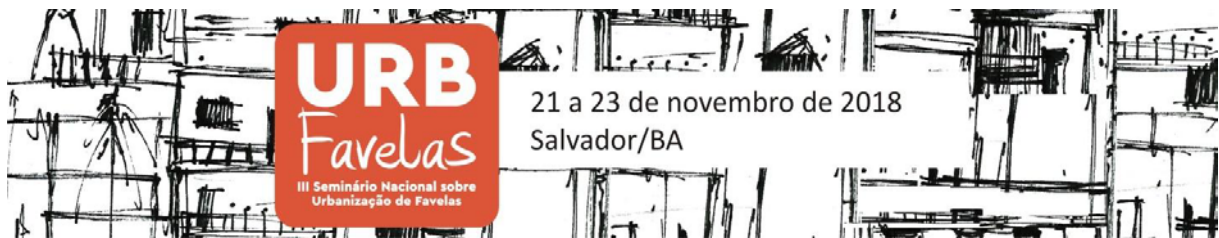
têm por critério fundamental o grau de abertura que as práticas dos arquitetos oferecem a decisões e ações das comunidades. Consideramos negativos processos que criam novas dependências para os (ditos) beneficiários, e avaliamos positivamente a ampliação do seu poder político-espacial. (KAPP et ali, 2012, p. 3)

Para exemplificar seu posicionamento, o grupo conceitua três tipos de atuação, a tecnocrática, a missionária e a artística. É evidente que a idéia não é enquadrar inteiramente os profissionais nesses rótulos, mas dificilmente qualquer arquiteto que trabalhe com população de baixa renda não identifique suas prática em alguma dessas atuações.

A chamada atuação artística se funda no raciocínio de que mudar a percepção das favelas, por seus moradores e a partir de fora, provocará outras transformações. Para exemplificar essa ação o grupo examina dois projetos de arquitetos estrangeiros nas favelas do Rio de Janeiro. De maneiras diferentes os dois projetos acabam se apropriando do espaço de maneira em que provavelmente não seria aceita em um bairro de classe média ou alta, sendo que a participação dos moradores algumas vezes se reduz ao trabalho braçal ou de “inspiração artística” enquanto essas obras acabam trazendo um reconhecimento muito maior para os artistas do que retorno para a comunidade.

Essas iniciativas podem ser comparadas ainda a grandes projetos em favelas que tem o caráter de embelezamento e monumentalidade. Isso nos traz a um outro conceito importante para esse trabalho, a atuação tecnocrática, que

(...) caracteriza a situação em que os profissionais trabalham na cidade informal assumindo o papel de agentes da formalidade, isto é, como contratados ou funcionários do Estado. Sua atuação segue as diretrizes das políticas públicas que estão encarregados de implementar, de modo que se dedicarão a melhorias emergenciais ou grandes projetos, atendimento individual ou global, processos participativos ou impositivos, conforme ditam tais diretrizes. (KAPP et ali, 2012, p. 3)



Nesse caso há pouco ou nenhum espaço para decisões tomadas, seja pelos profissionais que aplicam as regras, seja pelas comunidades, já que o principal objetivo é obedecer aos protocolos de racionalidade pré-estabelecidos, e mesmo que esses incluam a participação popular, o fazem apenas para cumprir a formalidade e mediar interesses contraditórios e não para discutir os problemas e transformar as soluções ao longo do tempo.

E o último conceito trazido aqui é da atuação missionária, que

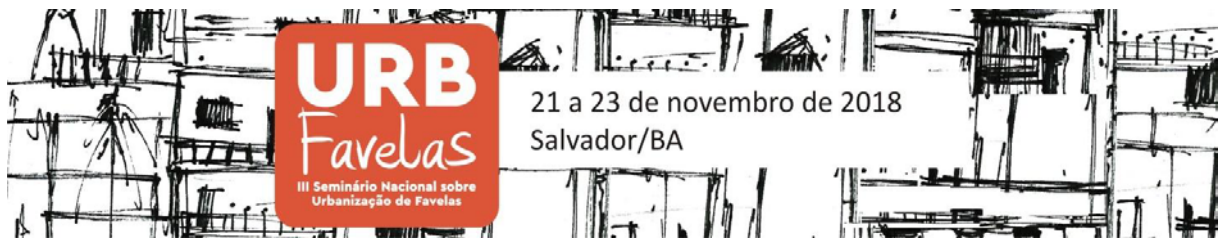
(...) abrange o atendimento técnico direto a famílias ou grupos, seja de forma independente ou com vínculo a uma entidade mais ampla (ONG, instituição de ajuda humanitária, Estado estrangeiro etc.). Importa que, assim como o missionário prega sua cultura religiosa em lugares onde não é praticada, o arquiteto assume a tarefa de transferir a cultura ou o conhecimento do seu campo para um público que nunca teve acesso a ele, e tampouco dependeu dele para produzir seu espaço. (KAPP et ali, 2012, p. 4)

A diferença para a atuação tecnocrática é que as imposições que acontecem aqui são mais sutis. Mesmo se abstendo das formalidades, a ação dos arquitetos missionários ainda está sujeita a reprodução de uma série de costumes, posturas e convicções típicos de ambientes acadêmicos e de formação profissional que se baseiam na gênese histórica dos serviços convencionais de arquitetura a clientes de classe alta, onde ocorre uma lógica simples de solução de problemas na qual arquitetos continuam dominando a sabedoria do campo arquitetônico e criando dependências.

Consciente ou inconscientemente, essas atuações tem o objetivo de melhorar a vida de pessoas segundo parâmetros pré-estabelecidos e não necessariamente de fazê-las pensar criticamente sobre seus problemas, desenvolver suas próprias soluções e finalmente se emancipar dessas estruturas. Por isso essas ações sempre terão uma linha muito tênue com o assistencialismo, se distanciando dela a medida em que a autonomia dos sujeitos é aumentada.

A partir do ponto desse serviço “missionário” as arquitetas Silke Kapp e Ana Paula Baltazar dissertam sobre a diferença do que seria a assistência técnica, que dá nome à lei nº 11.888 já que ela se inspirou no Sistema Único de Saúde e em outros ramos da assistência social, e a assessoria técnica, como é comumente referenciada a atuação de técnicos de diversas áreas que trabalham com os movimentos sociais urbanos.





Para isso elas usam como referência o filósofo Ivan Illich que tecia críticas sobre as numerosas missões de ajuda humanitária que começaram entre as décadas de 60 e 70. Nesse período, grandes poderes econômicos internacionais, como Banco Mundial e os Estados Unidos, organizavam essas missões e propagavam uma “guerra à pobreza”, estabelecendo quais eram as necessidades dos países subdesenvolvidos (nomeados assim por eles), transformando populações inteiras em novos consumidores dessas novas necessidades.

tais agentes nada mais são do que propagadores de um modo de vida que torna as populações tidas por subdesenvolvidas dependentes de instituições (mercado, indústria, assalariamento, educação escolar etc.) das quais até então não precisavam e nas quais sempre ocuparão posições inferiores. (ILLICH, 1968 apud BALTAZAR e KAPP, 2016, p. 4).

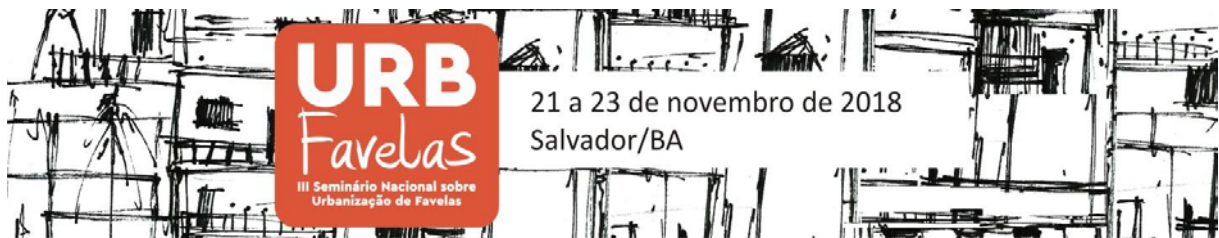
Assim elas comparam essa atuação missionária com a atuação de arquitetos urbanistas que impõem seu ideal de necessidade a espaços que sempre foram construídos sem a intervenção profissional.

Seu pressuposto é que tais itens satisfariam necessidades universais, enquanto as cidades e moradias que a população produz por conta própria seriam apenas substitutos precários ou subnormais desses mesmos itens. Tal postura preconiza a imposição da cultura do arquiteto sobre a dos supostos clientes e usuários. (BALTAZAR e KAPP, 2016, p. 4).

As pesquisadoras apresentam ainda alguns trabalhos que foram desenvolvidos que diferentemente do assistencialismo, teriam características de assessoria, que apontam para uma relação sem dominação, mesmo ainda sendo assimétrica. Para isso os arquitetos que trabalharam nessas ações procuraram criar interfaces que pudessem promover pensamento crítico e que estimulam ações autônomas dos assessorados.

Um dos exemplos é a reforma de casas feita por mulheres da Ocupação Dandara, em Belo Horizonte. Em sua dissertação de mestrado, a arquiteta Carina Guedes propôs oficinas para que algumas ocupantes pudessem fazer o levantamento de suas próprias casas, para isso elas deu uma pasta com uma série de instrumentos: prancheta, trena, câmera fotográfica, etc.

Com algum tempo as mulheres voltaram com os desenhos realizados e puderam pensar elas mesmas em quais eram suas demandas de reforma. Posteriormente Carina contratou ainda



uma mestra de obras que conduziu uma oficina de construção para que elas pudessem realizar as modificações.

Ficou claro que, com a ajuda de interfaces, uma discreta mediação técnica inicial e a possibilidade de contarem umas com as outras, elas são perfeitamente capazes de planejar os espaços de suas casas e conduzir a execução de reformas. Os depoimentos explicitam esse ganho de autonomia individual e coletiva e a ruptura de relações de dependência: “Nossa, fui eu mesmo que construí. ... Aqui em casa a gente colocou a torneira, toda vez que eu passo, ou então que vem alguém aqui, eu mostro...olha minha torneira que eu coloquei... eu sei colocar torneira.” “Eu senti que eu não preciso mais depender dos outros...eu tenho capacidade de fazer.” Finalmente, o processo também parece ter aumentado a confiança das mulheres em ações coletivas mais amplas: “Foi maravilhoso porque uniu nós, agora eu já tô fazendo parte da associação com elas”. (FIGUEIREDO, 2014 apud BALTAZAR e KAPP, 2016, p. 12).

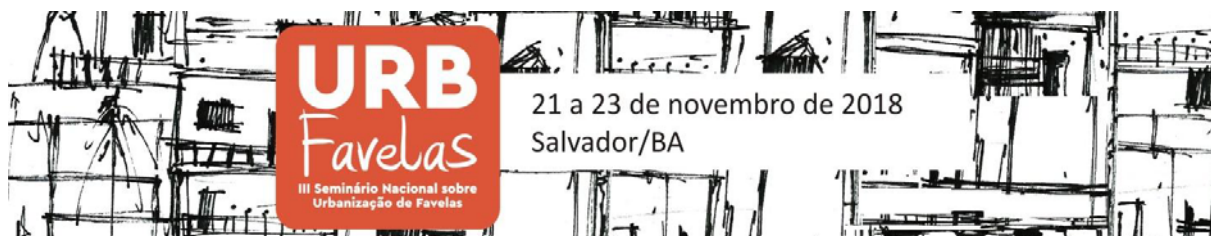
Assim, em cada novo espaço e cada nova situação, é preciso adotar uma postura na relação entre arquitetos e assessorados que se aproxime cada vez mais das noções de assessoria técnica destacadas aqui.

As características ou diretrizes que atribuímos à assessoria são, fundamentalmente: uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados; e a rearticulação de uma esfera pública, diferente tanto da esfera privada, quanto da esfera social. (ARENDR, 2011 apud BALTAZAR e KAPP, 2016, p. 5)

### **3. PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO FORTALEZENSE**

Nesse contexto explicitado do trabalho realizado pelo profissional de arquitetura e urbanismo, na luta pelo direito à cidade, ligado diretamente aos movimentos sociais e a consciência da ação dos diferentes agentes no espaço coletivo, é necessário entender em que conjuntura urbana, social e política ele atua.

O Brasil, que apresenta a quinta maior extensão territorial do mundo e a sexta maior população, também é caracterizado pela intensa concentração de renda e desigualdade social. No livro *Planeta Favela*, de Mike Davis (2006), Ermínia Maricato anota em seu posfácio que



no início dos anos de 1980 as grandes cidades brasileiras tiveram um crescimento explosivo das periferias abandonadas e favelização, sendo um estudo e observação corroborado pelos dados do IBGE apontando um crescimento de 7,65% da população favelada enquanto a população do país cresceu 1,6%, entre 1980 e 1991.

Apesar desses aspectos gerais do país, essa situação problemática pode ser analisada mais de perto em outras cidades do país, como é o caso de Fortaleza. Ela é destaque em relação aos alarmantes índices de segregação socioespacial, e o crescimento perpetuante dessa característica, que a evidenciam dentre as outras capitais do Brasil.

Fortaleza possui 313,14 km<sup>2</sup> de área, na qual moram cerca de 2,6 milhões de pessoas, segundo o IBGE calcula para 2017. Os valores apontados trazem a maior densidade demográfica das capitais do Brasil, de quase 84 habitantes por hectare. Além disso, ela possui a quinta maior população do país e tem a sexta Região Metropolitana (RMF<sup>1</sup>) mais populosa, com mais de 4 milhões de habitantes.

Administrativamente, a cidade é dividida em 119 bairros, agrupados em 7 secretarias executivas regionais (SER<sup>2</sup>). Fortaleza é o município sede da região metropolitana e a cidade a qual se localizam a maior parte dos serviços e estabelecimentos comerciais. Segundo Pequeno (2015), a RMF possui um aglomerado urbano com mais de 96% de taxa de urbanização, apesar de várias áreas serem consideradas rurais.

Pequeno (2009) caracteriza o processo de produção do espaço urbano pelo setor imobiliário da seguinte forma:

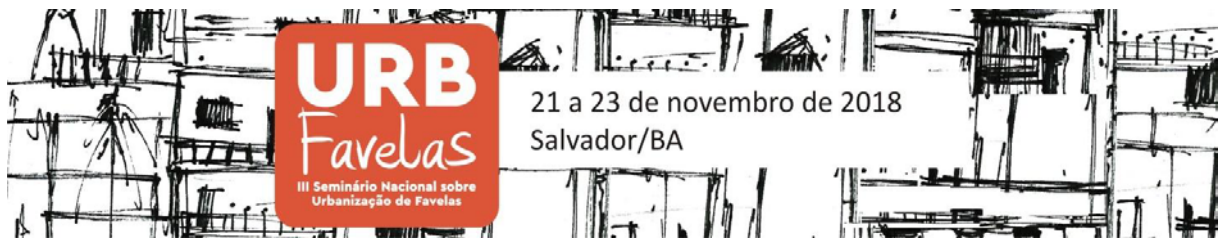
Primeiro, nas faixas litorâneas pela sua linearidade e densidade orientada pelos investimentos em infraestrutura e pelos empreendimentos do setor imobiliário; segundo, nas franjas periféricas, onde ao oeste predomina uma expansão diversificada reunindo o setor imobiliário associado às camadas

---

<sup>1</sup> Estabelecida pela Lei Complementar n° 14 de 8 de junho de 1973, que também estabelece regiões metropolitanas de outras cidades do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp14.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp14.htm)> Acesso em: 22 mar. 2018. Atualmente os municípios que compõem a RM de Fortaleza são: Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza (sede), Guaiuba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Pintoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís de Curu, Paraipaba e Trairi.

<sup>2</sup> Secretaria executiva regional é uma divisão política administrativa utilizada pela prefeitura de Fortaleza com o intuito de facilitar a administração bem como a distribuição de recursos públicos para cada setor da cidade.



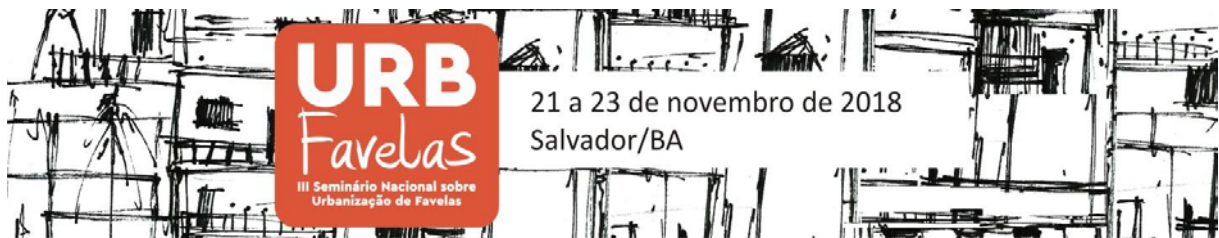


mais populares, os programas habitacionais públicos e as ocupações espontâneas, e ao leste prevalece o mercado formal voltado às camadas médias e superiores. (PEQUENO, 2009, p. 98-99)

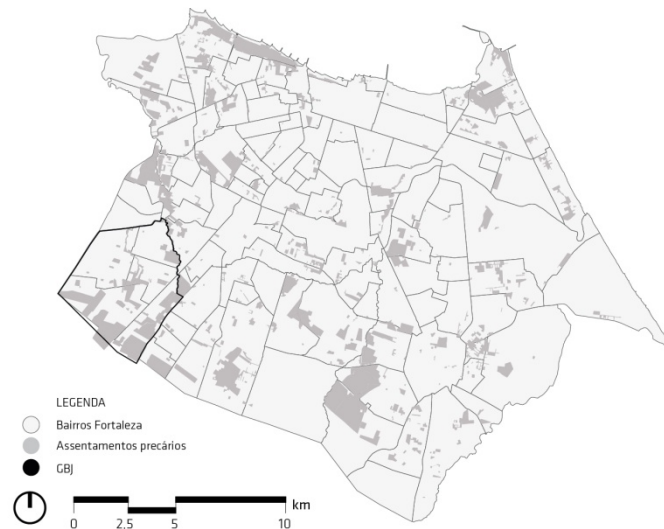
Ele explicita os vetores de crescimento de Fortaleza a partir de características socioespaciais marcantes no tecido urbano, com as consolidações da periferia marcada por aspectos ditados pelo mercado imobiliário, tendo seus eixos de expansão fora dos limites políticos da capital.

Essa expansão, para além da centralidade, retoma a questão de que parte da população que não tem condições de arcar com o valor de compra ou aluguel de moradia no espaço formal da cidade procura alternativas a partir da produção informal, à margem da legislação vigente e do mercado formal. Fato esse que se materializa na cidade atual com a concentração de assentamentos precários nas áreas periféricas e, nas últimas décadas, um crescimento significativo para a região metropolitana.

Pequeno (2015) afirma que em 1973, foi divulgado os dados produzidos pelo Programa de Desfavelamento que identificou 81 favelas na cidade de Fortaleza onde moravam por volta de 35 mil famílias. Em 1991 a Companhia de Habitação (COHAB) do Estado do Ceará, realizou novo levantamento de dados identificando 314 assentamentos precários que possuem mais de 108 mil domicílios (PEQUENO, 2015). Mais recentemente, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) realizado em 2012 para a cidade de Fortaleza indica que existem 619 favelas ocupadas por mais de 200 domicílios e um total de 843 assentamentos precários entre os quais estão incluídos favelas, loteamento irregular e conjunto habitacional precário. (PONTE e SANTOS, 2018)



Mapa 01: Assentamentos precário de Fortaleza.



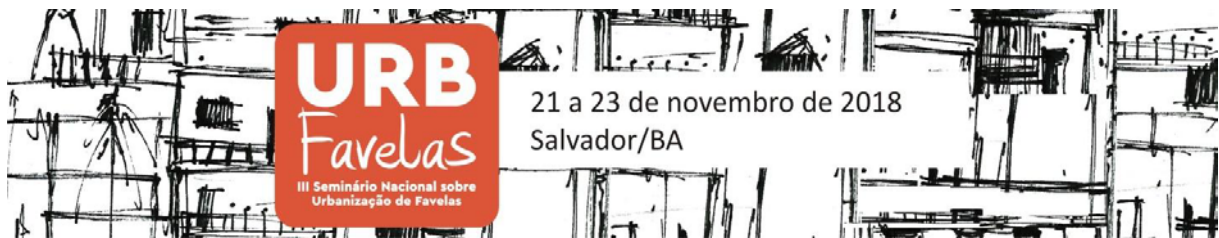
Fonte: PLHIS Fortaleza - 2012

Apesar de uma concentração maior desses assentamentos subnormais na capital cearense, o processo de formação de assentamentos precários na RMF já vinha ocorrendo desde 1990, no qual, segundo Pequeno (2015), o censo do IBGE de 2010 identifica assentamentos subnormais em 8 dos 15 municípios que compunham a RMF na época. (PONTE e SANTOS, 2018)

Esses assentamentos precários, para além da quantidade, têm características estruturais particulares no tecido urbano da cidade. Além das deficiências relacionadas à infraestrutura, os territórios têm equipamentos e espaços públicos livres aquém na quantidade e qualidade.

Corroborando com o pensamento de Milton Santos, Moura e Ultramarini (1996, p. 11) acreditam que socialmente, as periferias urbanas são áreas de concentração de moradia de população de baixa renda, carentes de serviços básicos essenciais e que sofrem os efeitos de longos deslocamentos para o trabalho, o consumo e o lazer. Reforçam um ciclo de pobreza cada vez mais difícil de romper.

Como o crescimento das cidades é acelerado e muitas vezes acontece sem o devido planejamento, os espaços que deveriam se tornar um diferencial de uso e ocupação do solo do ponto de vista do domínio público e da urbanidade acabam por ser suprimidos. Infelizmente, é



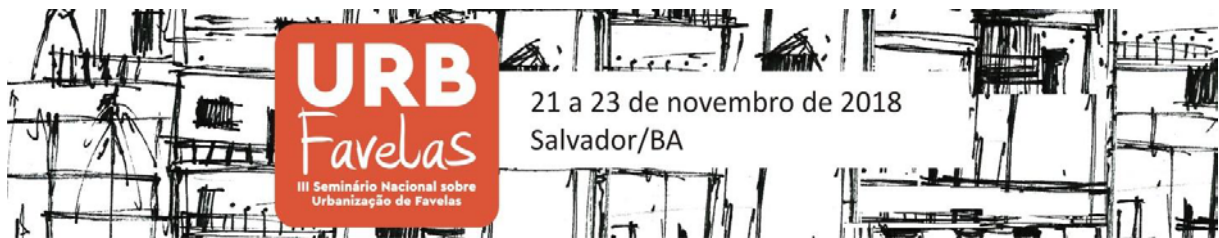
uma situação bem comum encontrarmos casos de terrenos públicos destinados, originalmente, a serem áreas de praça que são ocupados pela população de baixa renda (mas não exclusivamente por ela), ou áreas de risco de leito de rios ocupadas por moradias precárias que se multiplicam sem que o Estado consiga solucionar o problema habitacional e ambiental.

Marcelo Lopes de Souza (2005) diz que, muitas vezes, as pessoas menos afortunadas, sem eufemismo, os pobres, como se refere o autor, são responsáveis por vários impactos, porém não o sejam em “última instância”. Para ele não seria muito correto culpar quem desmata e acaba por desequilibrar a margem de um rio, por exemplo, para construir suas casas ou barracos, sem levar em consideração a conjuntura socioeconômica que a leva a isso. Mostrando outro lado desse quadro, afirma que os pobres são, na verdade, os menos responsáveis pelos impactos ambientais, já que não pertencem à elite dominante da sociedade, são, também, os que menos ganham com as atividades que geram os impactos e por fim, os que menos têm condições de se proteger dos efeitos sociais negativos dos impactos ambientais. (p. 54)

#### **4. ATUAÇÃO DA ASSESSORIA TÉCNICA : PROJETO AMBIENTE EM MOVIMENTO E TAMELA ATAC**

A partir da visão crítica do arquiteto e urbanista em relação ao cenário vigente da cidade e a dinâmica desigual nos diferentes territórios, a Tameela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade se apresenta como uma Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos, atuante na cidade de Fortaleza, no trabalho pela efetivação do direito à cidade e democratização do acesso ao profissional de arquitetura e urbanismo, a fim de reduzir as desigualdades socioespaciais e promover autonomia e cidadania aos grupos socialmente vulneráveis.

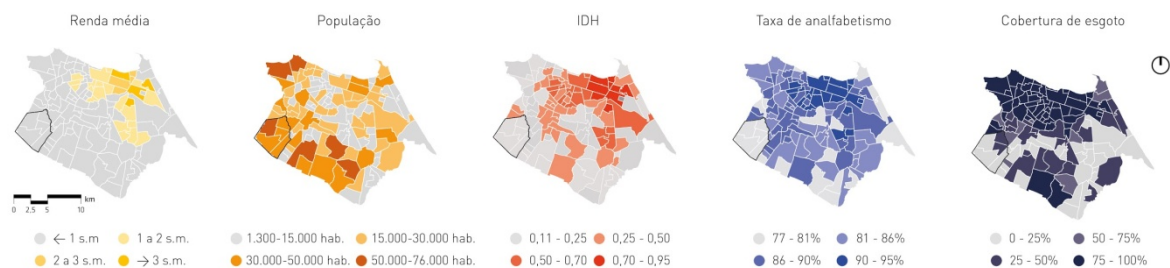
Um dos principais projetos que a assessoria participou em 2017-2018 foi o “Ambiente em Movimento”, com os Jovens Agentes da Paz, grupo atuante na comunidade do Bom Jardim. Esse projeto contou com a parceria inicial dessas duas organizações, mas teve apoio e suporte da comunidade nas execuções das propostas.



#### 4.1 O território – Grande Bom Jardim

O Grande Bom Jardim (GBJ) é um território localizado na porção periférica sudoeste de Fortaleza e abrange os bairros Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal e Granja Lisboa. De uma maneira geral, a porção sudoeste de Fortaleza é uma das áreas da cidade com piores serviços de infraestrutura urbana e concentra importantes problemas socioambientais. Segundo levantamento do PLHIS-For, o GBJ tem em seu território 71 assentamentos precários (FORTALEZA, 2012), que ocupam 35% da sua área, quase o triplo da porcentagem que representam os assentamentos precários na cidade como um todo. O território possui uma das piores taxas de atendimento dos domicílios com rede de esgoto e drenagem e seus índices socioeconômicos, como renda e alfabetização, encontram-se abaixo da média da cidade.

Mapa 02: Caracterização socioeconômica Fortaleza x GBJ

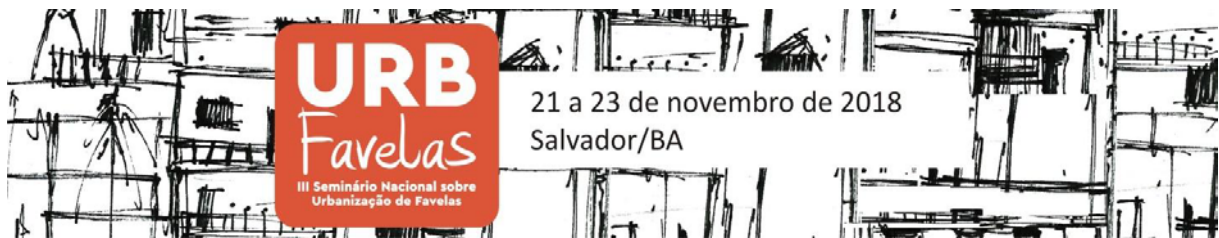


Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo IBGE 2010

Enquanto esses problemas se acumulam e se reiteram, a população dos bairros do GBJ – das maiores entre os bairros de Fortaleza – apresenta uma tendência de crescimento. A população do GBJ em 2010 cresceu em 20,4% em relação a de 2000. Essa conjuntura é agravada ainda pelo fato de a área carregar consigo um forte estigma de área violenta - resultado, em parte, de altas taxas de criminalidade - que marginaliza sua população, viola seus direitos básicos e a segrega, social e espacialmente, do restante da cidade.

#### 4.2 Projeto Ambiente em Movimento

Fortaleza apresenta uma enorme escassez de áreas públicas livres e verdes, o que se acentua ainda mais nas periferias. Como agravante, temos uma intensa dinâmica urbana que converte de forma constante e acelerada as áreas verdes em áreas pavimentadas e/ou construídas.



Essa supressão acaba por refletir nas relações socioambientais de forma negativa. Além da precariedade dos poucos espaços de convivência, há um esvaziamento cada vez maior dos espaços públicos, corroborado por diversos outros motivos da vida moderna.

A relação entre a natureza e o espaço construído torna-se ainda mais distante e estranho ao território. A violência interpessoal e territorial também é fator de significativa importância num contexto e exclusões ao acesso integral dos serviços urbanos.

O JAP (Jovens Agentes da Paz) surgiu nessa conjuntura como um grupo de jovens que articulam suas atividades de pesquisa, capacitação, sensibilização e discussões sobre práticas de construção da paz no território do Grande Bom Jardim. Por meio do projeto Rodas de Diálogo o JAP promove encontros nas escolas públicas, onde as situações conflituosas são coletivizadas e as soluções são apresentadas e concretizadas pelo coletivo das Rodas. (CVDHS, 2012) Como resultado das situações de violação de direitos percebidos e discutidos pelo grupo dentro das escolas, o JAP promove anualmente a campanha Caminhada pela Paz, que percorre áreas estratégicas do território, denunciando a violência contra jovens e adolescentes, além da ausência de equipamentos de cultura e lazer direcionados à juventude. (SILVA, 2017)

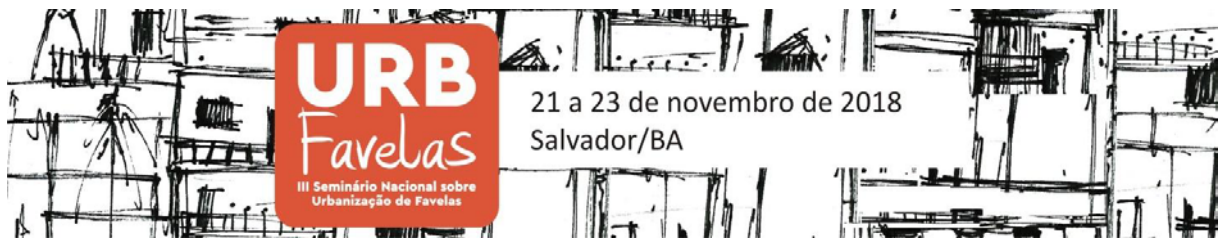
Em 2017, o JAP decidiu concorrer a um Edital do Instituto do desenvolvimento do Trabalho (SINE/IDT) para tentar minimizar ou reverter o cenário atual de suas comunidades. O projeto intitulado de “Ambiente em Movimento” teve como objeto a identificação e intervenção nos principais espaços públicos de convivência a fim de fortalecer os ambientes de interação com as pessoas e com o meio ambiente.

Habitar esses espaços é o primeiro passo para a construção de uma sociedade mais tolerante a partir do momento em que se entende o conceito de espaço público como, primordialmente, um local de encontro de diferentes grupos sociais, onde acontece troca de experiências acompanhada do exercício de alteridade.

O geógrafo Milton Santos afirma:

alteridade e individualidade se reforçam com a renovação da novidade. Quanto mais diferentes são os que convivem num espaço limitado, mais ideias do mundo estarão aí





para ser levantadas, cotejadas e, desse modo, tanto mais rico será o debate silencioso ou ruidoso que entre as pessoas se estabelece. (SANTOS, 2001, p.131)

Já a filósofa Hanna Arendt acredita que “o espaço público é instância da realização plena da condição humana mediante uma das atividades fundamentais da vida activa: a ação, isto é, a liberdade, a dignidade da política [...]”. (ARENDRT apud LAVALLE, 2005, p.40)

A ideia geral trazida aponta para uma construção coletiva, na qual o espaço público é o palco dessa ação conjunta, e que a partir das individualidades é possível criar e desenvolver ideias e ações de maneira plena e convergente, respeitando o coletivo.

Durante o desenvolvimento do projeto, os integrantes do JAP sentiram a necessidade de um olhar mais técnico no que diz respeito à implantação e plástica das intervenções nos espaços públicos. A aproximação com a Taramela se deu a partir de uma integrante da assessoria que já havia realizado outros trabalhos no território.

Na apresentação das demandas que o JAP tinha, conceber o projeto de forma participativa não era uma prioridade, pelo contrário, eles queriam soluções o mais rápido possível, pois o prazo para concluir as atividades do edital que haviam ganhado estava findando. Devido ao curto tempo para a realização do projeto a Taramela não conseguiu estabelecer interfaces para incluir a participação dos jovens também no processo de elaboração do projeto, algo que geralmente é primordial para o trabalho enquanto assessoria técnica.

Como premissas de projeto, pensou-se em espaços de convivência ligados com a natureza. Alguns condicionantes foram colocados pelos parceiros do JAP. O primeiro deles é que os materiais usados teriam que ser de fácil acesso e economicamente viáveis, diante do recurso limitado. O outro era que as técnicas construtivas fossem simplificadas, pois a execução ficaria a cargo dos próprios integrantes do JAP.

Escolheu-se, então, trabalhar principalmente com paletes, caixotes e placas de madeira (madeirite). Esses elementos foram dispostos de modo a possibilitar que as pessoas se sentassem, geralmente em forma de círculo. Os caixotes foram usados como jardineiras e também como bancos mais altos, sendo mais confortáveis para as pessoas mais velhas. Os madeirites entraram principalmente como elemento estético.

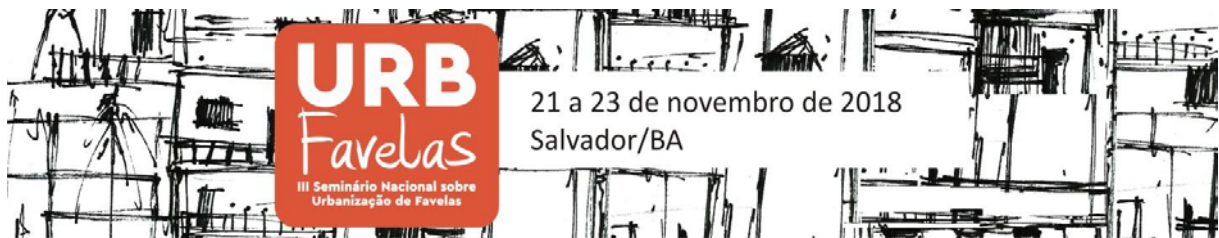
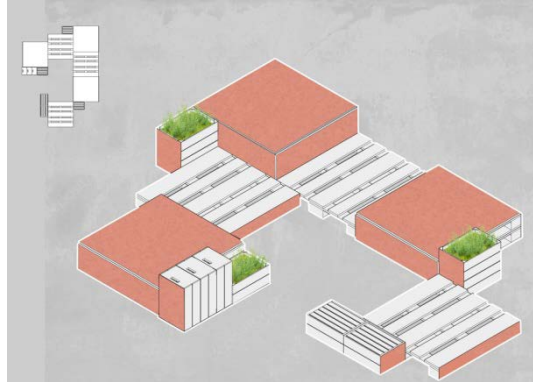


Figura 01: Exemplo de mobiliário projetado.



Fonte: Acervo próprio

### 4.3 Os locais de intervenção

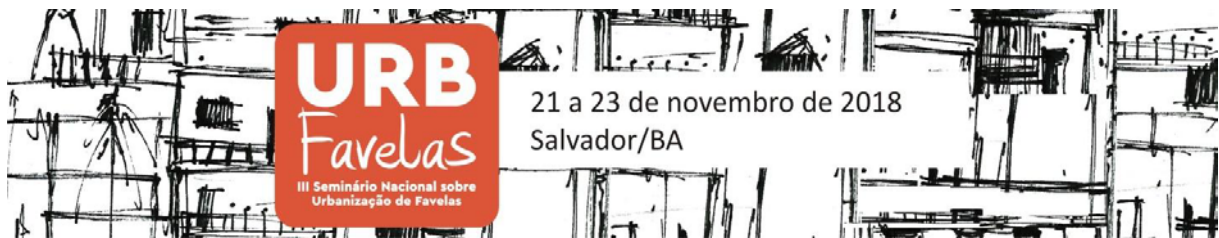
Os locais de intervenção foram previamente selecionados pelo JAP. O grupo procurou trazer três locais com diferentes características para a atuação conjunta. Essas áreas foram a Praça Santa Cecília, a Praça Canindezinho e a um espaço residual na Comunidade Granja Lisboa.

Mapa 03: Localização das praças de intervenção.



Fonte: Elaborado pelos autores.

#### 4.3.1 Praça Santa Cecília



A praça Santa Cecília é caracterizada por estar em um local da comunidade, cercada por comércios e no espaço contíguo à igreja. Ela possui atividades frequentes, de aeróbica e outras modalidades de dança, assim como é local no qual ambulantes e outros vendedores utilizam com frequência.

A primeira intervenção do projeto “Ambiente em Movimento” ocorreu nesta praça com a montagem da área de convivência, com paletes e madeirite, em um lugar central, tendo como objetivo promover uma maior interação entre a juventude local e os demais frequentadores.

Além da montagem da área de convivência, foram plantadas mudas em diferentes canteiros da praça, objetivando trazer a qualidade ambiental para a praça e a aproximação dos moradores com o meio ambiente.

Essa primeira intervenção foi considerada a mais penosa, pois muitos materiais e equipamentos faltaram, tendo os moradores da comunidade e os serviços de apoio sido de significativa ajuda. Os integrantes da Taramela juntamente com os jovens do JPA atuaram de forma comprometida, primando pela equidade e troca de conhecimento.

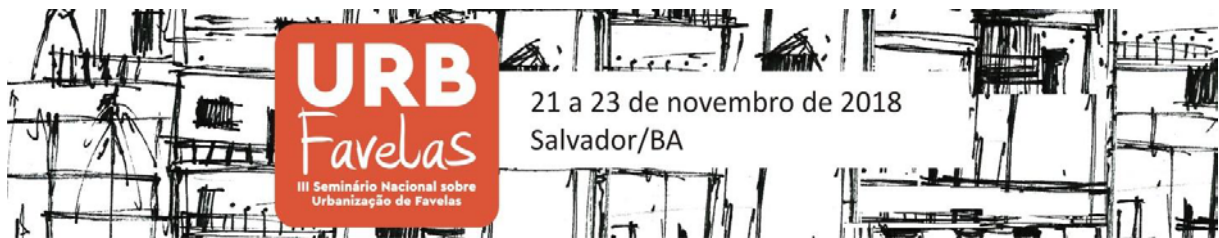
#### **4.3.2 Praça Canindezinho**

A segunda intervenção aconteceu na praça Canindezinho, localizada no bairro de mesmo nome. Ela destoava um pouco das outras praças da região por ser bastante conservada, tendo moradores de casas limítrofes à praça atuantes na sua manutenção periódica e criação e inclusão constante de mobiliários com sucatas e material reciclável.

A intervenção veio a se somar ao que já existia na praça ocupando uma canteiro à sombra de uma árvore, para que as pessoas pudessem parar, descansar e interagir.

O trabalho ocorreu de forma mais fluída, tendo as pessoas trabalhando de diferentes formas, a partir de suas identificações. A ajuda dos moradores do local também foi primordial no auxílio com energia, lanches e material para pintura.

#### **4.3.3 Comunidade Granja Lisboa**



O terceiro e último dia de mutirão para montagem dos espaços de convivência e plantio das mudas aconteceu em um espaço residual, às margens de um córrego, em uma comunidade do bairro Granja Lisboa.

Foram duas intervenções próximas a um pequeno afluente do Rio Maranguapinho, que passa pela comunidade. O local foi escolhido para ser palco da intervenção pela situação precária que se encontrava. Ele era espaço para o acúmulo de lixo nas margens do recurso hídrico. Alguns dias antes da intervenção, os moradores fizeram uma força-tarefa para limpar todo o entorno tomado pelo lixo.

Essa intervenção contou ativamente com a ajuda das crianças. Muitas queriam martelar as peças de madeira e faziam isso como uma brincadeira. Elas sugeriram e executaram as tarefas com propriedade, conscientes da importância do seu trabalho no local. Outros jovens ajudaram com os cortes das peças de madeirite transferindo as medidas do papel para as placas, mostrando noção e aprendizado ao longo das intervenções de escala e proporção.

Ao final da intervenção, a partir do trabalho conjunto foi possível reverter um local de depósito de lixo em um espaço de convivência, onde as crianças podiam brincar, os jovens se encontrar e adultos conversar.

Figura 02: Crianças construindo mobiliário.

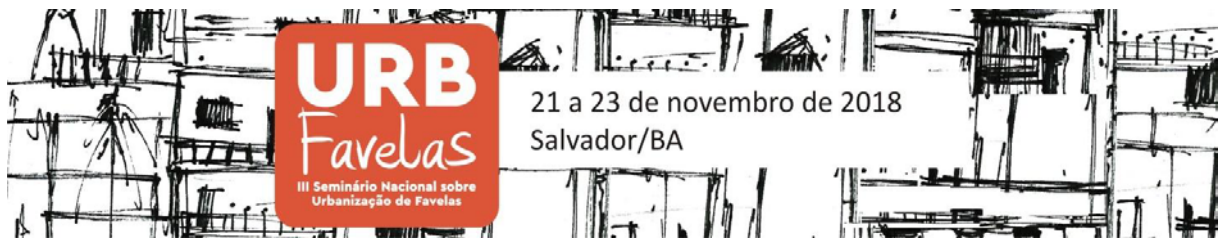


Figura 03: Jovens usando mobiliário.



Fonte: Acervo próprio





Em geral, apesar das dificuldades iniciais e do cansaço diário após o trabalho, esses momentos foram considerados caros e especiais para ambos os lados. A ação pode ser qualificada pelos grupos como um trabalho bem executado e uma troca de experiências e conhecimento primorosa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto de uma atuação que zele por esses valores democráticos e iniciativas coletivas, uma assessoria, Taramela - Assessoria Técnica em Arquitetura e Cidade, emprestou seu olhar técnico a um grupo de jovens atuante na periferia da cidade, JAP, em um trabalho coletivo de valorização, criação e reconstrução de espaços de convivência.

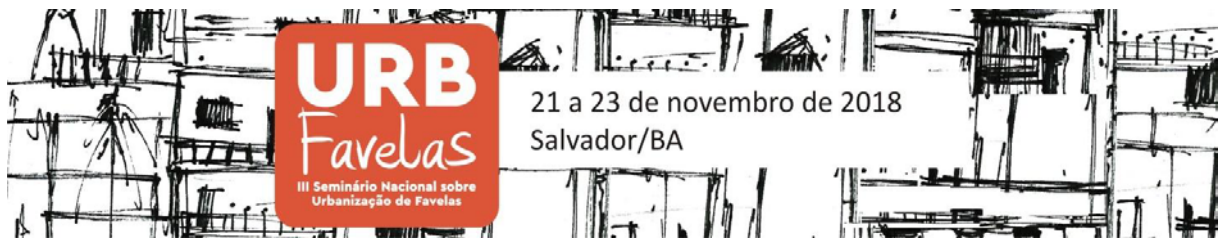
Ao final das intervenções conjuntas, o relato dos participantes do JAP em relação aos arquitetos foi muito positivo, permeado por comentários sobre a igualdade dos profissionais junto aos outros participantes no processo de construção dos espaços, o conhecimento e sua difusão na comunidade da atuação do profissional e a troca de conhecimento que aconteceu no processo de trabalho horizontal, respeitando os agentes envolvidos, independente do grau de instrução ou de idade.

Contudo, apesar da positividade na análise final, a assessoria se mostra ciente dos erros e dificuldades apresentados ao longo do processo. A falta de participação no processo projetual e de reconhecimento inicial do território foram as principais falhas apontadas.

Atualmente, no local das três intervenções não se encontram mais os mobiliários construídos de forma conjunta com o grupo JAP, a Taramela e moradores dos arredores. Na Praça Santa Cecília tudo foi levado no dia seguinte à sua implantação, apesar de ter-se pensado nos caixotes de areia como âncoras dos equipamentos, além de jardineira para as mudas de plantas. Na Comunidade Granja Lisboa, ainda existem alguns paletes, mas estão em outra configuração (apenas empilhados) e cobertos por mato. E na Praça Canindezinho a estrutura construída foi retirada pela própria prefeitura para implantar um posto policial no local (ainda em obra).

Apesar da materialidade da intervenção não existir mais no local e/ou não serem utilizados a partir da ideia inicial, a Taramela acredita como válida e fundamental esse trabalho conjunto,





com a participação comunitária e a troca de experiências e conhecimentos, na construção democrática da cidade. O trabalho mostra que o resultado físico pode não ter permanecido, mas a essência da ação e participação permanece.

## REFERÊNCIAS

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. **Assessoria técnica com interfaces**. Publicado nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 2016.

DAVIS, M.. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

FORTALEZA, Prefeitura Municipal de. **Plano Local de Habitação de Interesse Social de Fortaleza**, 2012.

KAPP, S.;BALTAZAR, A. P.; CAMPOS, R.;MAGALHÃES, P.;MILAGRES, L.; NARDINI, P.; OLYNTHO, B.; POLIZZI, L. **Arquitetos nas favelas: três críticas e uma proposta de atuação**. IV Congresso Brasileiro e III Congresso Ibero-Americano Habitação Social: ciência e tecnologia “Inovação e Responsabilidade”. Florianópolis, 2012.

LAVALLE, A. G. **As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria**. Espaços e Debates - Espaço Público: O Conceito e o Político, São Paulo, v.25, n.46, p. 33-44, jan/jul 2005.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clovis. **O que é Periferia urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos; 306).

PEQUENO, R.; MOLINA, A. Análise sócio-ocupacional da estrutura intra- urbana da Região Metropolitana de Fortaleza. In: PEQUENO, R. (Org.). **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009, p. 97-124.

PEQUENO, R. Mudança na estrutura socioespacial da metrópole: Fortaleza entre 2000 e 2010. In: COSTA, M.; PEQUENO, R.. **Fortaleza: transformações na ordem urbana**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015, p.187-237.

PONTE, T.; SANTOS, M. **Questão ambiental e assentamentos precários na metrópole cearense: o caso da comunidade do Lagamar**. SEMINARIO LATINOAMERICANO - Teoría y política sobre asentamientos populares (Buenos Aires, 19, 20 y 21 de abril de 2018)

SANTOS, M.. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro : Record, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 2005.



VALLADARES, L. P. **A Invenção da Favela:** do mito de origem à favela.com. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005. v. 1. 204p.